

02

03

04 05

06

07

80

09

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Rua 06 nº 3265 - Alto do Santana - Cep:13504-188 - Rio Claro - São Paulo

Conselho Municipal de Educação de Rio Claro

Reunião Ordinária

Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, às oito horas e trinta minutos, reuniram-se ordinariamente através de vídeo conferência o Conselho Municipal de Educação de Rio Claro, representado pelos conselheiros presentes: Adriane Eloísa Cavamura, Alexandra Cristina Delbon, Camila Cilene Zanfelice, Claudia Aparecida Sorgon Scotuzzi, Elisangela Maria Pereira, Huri Ferreira, Ligia Bueno Zangali Carrasco, Luciana de Lourdes dos Santos, Luciana Helena Pizzinatto, Luciane Aparecida de Oliveira, Mariangela Polacchini Zanella, Maria Antônia Ramos de Azevedo, Sandra Helena Tinós, Simone Michelin Iost Giovani, Tagiane Giorgetti dos Santos Beteghelli, Valneide Anastácio dos Santos e Willian Abreu Silva. Justificou a ausência a Conselheira Raquel. Os demais ou tinham titular ou suplente das representações e demais não se manifestaram ficando ausentes. A reunião foi iniciada pela Presidente iniciou a reunião disponibilizando no chat um link para a confirmação de presença dos conselheiros para a Reunião, porém, foi identificado que apenas o campo de e-mail estava disponível para preenchimento. A seguir, a Presidente compartilhou sua tela com a pauta prevista para a Reunião e informou que elaborou e entregou os ofícios com os nomes dos conselheiros definidos na reunião anterior para compor a Comissão que acompanhará as questões e avaliação (conselheiros Ligia, Luciane e Tagiane por parte da Secretaria e Simone, Val e Huri por parte do COMERC), a que acompanhará o Comitê da Primeira Infância (conselheiras Camila e Tagiane), para o CACS-FUNDEB (a conselheira Michele) e para as Escolas infantis particulares (a conselheira Raquel); apresentou a entrada de oficios em que constam um convite para participar da primeira reunião da Comissão Municipal encarregada de promover o Plano pela Primeira Infância; no mês de fevereiro o Conselho enviou um ofício à Secretaria de Educação solicitando regras para a entrega de atividades que estava prestes a ocorrer e recebemos a resposta da Secretaria informando que em reunião com os Diretores foi orientada a troca da semana de entrega das atividades e que a SME está seguindo os protocolos do Plano de Contingência do Estado para o revezamento dos funcionários em cada escola; a Presidente retomou uma problemática identificada em discussões da UNCME em relação a presidência dos Conselhos Municipais ser preenchida por indicados do Poder Público, mas que para ser válido e seguido, esse ponto deve constar nas Leis do Município, isso a preocupou pois isso tem acontecido com frequência neste Conselho e ela está, neste momento, exercendo a função de presidente e é indicada pelo Poder Público e observou que a Lei de Sistemas, a Lei do COMERC e o Regimento, não contém essa especificação por isso, sugeriu que a Comissão que está trabalhando nas revisões das Leis e Regimento coloque essa especificação no texto final, salientou que a mudança na norma para a presidência do Conselho não é obrigatória e sim uma questão moral devido a problemas enfrentados por Conselhos de outros municípios do Estado. A conselheira Sandra pediu para que os trabalhos da Comissão de Leis e Normas se iniciem imediatamente incluindo a questão da Câmara do FUNDEB e considerando as mudanças na composição do Conselho ao longo desse ano. A Presidente observou



44

45

46 47

48 49

50

51

52 53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66 67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83 84

85

CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Rua 06 nº 3265 - Alto do Santana - Cep:13504-188 - Rio Claro - São Paulo

que uma das justificativas para a transformação dos Conselhos em Câmaras é a dificuldade de preencher o quadro de conselheiros e sugeriu que os conselheiros do CAE, FUNDEB e COMERC se reunam para discutir sobre isso. A conselheira Ligia informou que a Secretária se colocou à disposição para ajudar o Conselho sobre a atualização das leis de Sistemas e que este pode dar continuidade aos trabalhos pois a Secretaria irá respaldar. A Presidente afirmou que antes de o Conselho se reunir com a Secretária, é preciso que ocorra uma reunião entre os Conselhos, como dito anteriormente. A conselheira Claudia afirmou que gestão anterior do COMERC realizou a revisão de mais de cinquenta por cento da Lei de Sistemas e sugeriu que a Comissão responsável de continuidade aos trabalhos já iniciados. A Presidente informou que possui essa documentação e irá compartilhar com os demais conselheiros. A conselheira Sandra se posicionou contra a transição para Câmaras e que a justificativa usada como exemplo não é válida; sugeriu que a Secretaria de Educação e o Poder Público devam fazer um trabalho de formação e orientação junto aos funcionários da Rede e ainda, que haja formação para que fique claro o que é uma Rede de Ensino e para a formação de diretores. A Presidente observou as dificuldades acerca do que é um Sistema e compartilhou que as palestras vinculadas pelo projeto Ciranda que ela vem divulgando no grupo de WhatsApp são voltadas para esclarecer justamente as questões legais e visa atingir todas as camadas da sociedade para que o maior número de pessoas possa entender a importância dos Conselhos. A conselheira Ligia achou a sugestão da conselheira Sandra excelente e sobre a formação dos gestores, a Secretaria tem feito um levantamento sobre os temas e já fechou nove formações e duas estão em negociação, entre os temas, haverá questões técnicas e administrativas como a gestão democrática; que num primeiro momento, essas formações serão ofertadas para os gestores e deverão ser ampliadas a todos da Rede; salientou ainda que a participação de todos os conselheiros com sugestões é muito importante para o trabalho da Secretaria. A presidente informou que no grupo da UNCME há pessoas que fazem esse trabalho de forma gratuita e que tem participado de muitas palestras e tem observado que há confusão em relação ao ensino híbrido; pediu a conselheira Ligia que traga ao Conselho as informações que a secretaria já possui. A conselheira Ligia informou que durante os primeiros meses do ano o trabalho da Secretaria tem sido exaustivo pois os encaminhamentos mudam constantemente e que apesar de a Secretaria procurar documentar de forma clara as suas ações e orientações, ainda assim há ruídos na comunicação; houve a orientação aos professores que as atividades fossem recebidas de forma online mas que para as escolas que encontrassem dificuldades, fossem realizadas as entregas e recebimentos de forma segura ; apresentou o caso de algumas escolas que não tem compreendido as orientações de trabalho em Rede mas que outras possuem necessidades específicas de acordo com a realidade tanto das famílias quanto dos alunos; a Secretaria fez orçamentos para compra de equipamentos para distribuir para os alunos e professores e o valor entre as operadoras foi de oito milhões de reais mas é impossível dispor desse valor no momento principalmente porque com ele é possível construir quatro escolas, a Secretária Valeria solicitou que fosse realizado um levantamento entre as escolas para saber quais famílias realmente não tem acesso





88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Rua 06 nº 3265 - Alto do Santana - Cep:13504-188 - Rio Claro - São Paulo

nenhum a internet e equipamentos mas esse levantamento não foi concluído de forma satisfatória e um novo formulário está sendo elaborado para que os pais respondam e que algo mais próximo do real seja obtido. A Presidente agradeceu a fala da conselheira inclusive por abranger muito dos pontos que constam na pauta; observou a importância do levantamento que está sendo feito pela Secretaria além da capacitação dos profissionais da educação para utilizarem essas tecnologias; apontou a complexidade de fazer com que crianças menores de treze anos participem de algumas redes sociais que em seu regulamento proíbem menores dessa idade de criarem contas, fazendo com que os pais possam ser acusados de violar leis e usar de falsidade ideológica para que os filhos possam participar das atividades o que fez com que alguns pais processassem uma escola por obrigar as crianças a mentir a idade para participar das atividades desenvolvidas remotamente; apontou a necessidade de deixar claro tanto para os pais quanto para os profissionais das escolas as diferenças entre trabalho remoto, híbrido e ensino à distância e sugeriu a elaboração de um documento orientador para os pais; compartilhou a preocupação com a situação da pandemia vir a ser pior em dois mil e vinte e um do que em dois mil e vinte devido às falas de especialistas que ela tem acompanhado; há a necessidade de investir em tecnologias porém esse investimento deve ser realizado de acordo com a real necessidade das famílias e de professores, pois há pessoas que não possuem conhecimento em tecnologia para utilizar as ferramentas e principalmente para orientar as famílias quando houver a necessidade. Através do chat a conselheira Luciane informou que a Secretaria tem orientado os professores coordenadores sobre as comparações entre as escolas e que os registros das reuniões são enviados para que as equipes gestoras compartilhem os pontos abordados com os professores e a conselheira Ligia apontou a necessidade de as pessoas colaborarem umas com as outras. A conselheira Sandra observou que as pessoas que apresentam dificuldades em acessar essas ferramentas são pessoas em situação de exclusão digital e a simples compra de chips não resolverá o problema o que torna a questão muito complexa; há a necessidade de se pensar em algo principalmente diante da possibilidade de ampliação do período restritivo; aproveitou sua fala para adiantar um ponto da pauta e lembrou que CIAR, inicialmente criada para pensar no retorno das aulas presenciais, continua com os trabalhos interrompidos e sugeriu a possibilidade de rever a Lei que a criou para que o Grupo fosse chamado para ajudar a pensar em atividades para esse momento, pois os integrantes do grupo se preocupam por estarem tanto tempo sem interação com Secretaria e com o andamento dos trabalhos já iniciados. A presidente observou que há integrantes na CIAR que faziam parte da administração anterior da Secretaria e é importante pensar que deve haver continuidade no que já foi realizado e não interrupções. A conselheira Ligia informou que em conversa com a Secretária, ela já leu toda a legislação da CIAR e está em contato com outras secretarias que participam da Comissão; identificou que alguns integrantes não fazem mais parte dos grupos aos quais foram eleitos para representar nas discussões; sobre a sugestão da conselheira Sandra de alterar a natureza da CIAR, é difícil, porém há a possibilidade de se criar um grupo para auxiliar nos trabalhos que tem que ser pensados agora e que, há a previsão de convocação da





131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172173

CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Rua 06 nº 3265 - Alto do Santana - Cep:13504-188 - Rio Claro - São Poulo

CIAR para uma reunião no dia vinte e seis de abril. Através do chat, a conselheira Camila questionou se "pensar no retorno, não inclui a possibilidade de pensar esse "pré-retorno", como algo necessário para garantir o retorno (no sentido de reparação dos alunos, das famílias...). Neste caso, a CIAR já poderia interferir nas decisões atuais, sim..." e a conselheira Ligia respondeu que é uma proposta que pode ser levada à reunião do dia vinte e seis. A conselheira Maria lembrou das dificuldades enfrentadas pela CIAR em dois mil e vinte e teme que isso se repita e que talvez seja interessante criar uma nova estrutura para que se pense em "entraves e estratégias" para o que está acontecendo no momento. A presidente abriu espaço para a conselheira Camila que compartilhou o pensamento de que quando seja possível a abertura das escolas, isso não vá acontecer de uma hora para outra, haverá a necessidade de alguma formação e orientação e por isso, porque não utilizar a estrutura da CIAR para que se pense a orientação as famílias para quando aconteça o retorno. Dando sequência à pauta, a Presidente solicitou para que as conselheira Sandra e Camila relembrassem as discussões acerca dos vídeos produzidos pela Secretaria e exibidos pela TV Claret porém, a conselheira Ligia tomou a palavra e informou que os retornos que a Secretaria tem obtido tem sido positivos, que desde o início a proposta era a de orientação às famílias e que os vídeos seriam mais uma ferramenta de trabalho e acesso; houve a possibilidade de as escolas usarem os vídeos para complementar as atividades ; que o trabalho nos bastidores tem envolvido voluntários da Rede de diversos setores além dos professores; foi desenvolvido um questionário e enviado para os professores e mais de setecentas respostas foram recebidas inclusive com sugestões e aqueles professores que mostraram interesse em participar dos trabalhos de produção estão sendo contactados e que os apontamentos apresentados pelas conselheiras nas reuniões anteriores também estão sendo atendidos. A conselheira Simone pediu a palavra e compartilhou alguns pontos que observou após assistir todos os vídeos disponíveis no canal do YouTube: os ruídos nos vídeos se devem ao fato de se forem gravados em espaços abertos o som do vento é captado pelo microfone e se a pessoa que está usando o microfone de lapela (aquele que fica preso na roupa) estiver com os cabelos soltos e o cabelo bater no microfone, isso pode ser corrigido prendendo o cabelo da pessoa ou mudando o cabelo de lugar; em relação ao conteúdo dos vídeos destinados às famílias dos bebês, principalmente daquele que originou as observações das conselheiras em relação à abordagem Pikler, foi que trouxe a comprovação acadêmica sobre o conhecimento empírico que a conselheira ouviu de outras mulheres da sua família em relação a como incentivar seus filhos a buscarem objetos que tenham interesse mas, que se a intenção com aquele vídeo foi a de mostrar abordagens científicas, que outras sejam trazidas nos próximos vídeos; sobre os vídeos produzidos para a Educação Infantil em que as professoras contam histórias lembrou que os vídeos são produzidos para crianças e que devem ser vistos sob essa perspectiva e não com o olhar de adulto e na sua percepção, o interesse da criança nos vídeos vai do interesse individual de cada criança; em relação à atuação das professoras sente falta de naturalidade, mas atribui isso à falta de habilidade de interação com câmeras e isso causa nervosismo, sugeriu que as professoras fossem orientadas a agir como se estivessem com as crianças na sala de aula; o conteúdo do





175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212 213

214

215

216 217

CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Rua 06 nº 3265 - Alto do Santana - Cep:13504-188 - Rio Claro - São Paulo

vídeo destinado às crianças do Ensino Fundamental I que abordava o tema "carta" ficou entediante, muito técnico para crianças que nasceram numa época em que pouco se escreve cartas e sugeriu que os conteúdos fossem apresentados de forma mais lúdica para as crianças; por fim, parabenizou todos os envolvidos na produção dos vídeos pois esse não é um trabalho fácil principalmente para quem não tem contato direto com ele. A Presidente agradeceu a fala da conselheira Simone e observou que o olhar dos pais nessas questões é muito importante pois complementam o dos profissionais da área e pediu para que as conselheiras Camila e Sandra explanassem. A conselheira Camila tomou a palavra e pontuou que as observações da conselheira Simone trouxeram outra preocupação a ela em relação às creches, pois muitos acreditam que as escolas e principalmente as creches, são extensões de suas casas e, uma vez que a presença de professores qualificados nas creches é recente, traz o questionamento da real necessidade desses profissionais para essa faixa etária; sugeriu que a Secretaria utilize os profissionais e vídeos do projeto Bebe Sorriso em que as dentistas apresentam orientações aos pais e que os vídeos para a Etapa I abordem orientações sobre alimentação, higiene, desfralde, etc.; compartilhou o que no último HTPC as professoras da escola que dirige mostraram desconhecimento da abordagem Pikler e que os pais poderiam questionar se era aquela a abordagem utilizada na escola quando as professoras nem ao menos a conheciam, o que causa discordância e descrédito no trabalho desenvolvido; salientou ainda que é necessário pensar no sujeito: onde está inserido, qual a sua realidade, etc. A Presidente tomou a palavra e perguntou à conselheira Ligia se há roteiros dos vídeos que possam ser compartilhados com os profissionais de cada etapa, pois com a observação da conselheira Camila da importância de as escolas e a Secretaria terem o mesmo discurso é muito importante para que não haja descrédito dos trabalhos realizados diretamente com as crianças. A conselheira Ligia informou que é enviado um cronograma semanal dos vídeos de cada Etapa para as escolas e para os vídeos em que abordam contação de histórias, o texto é anexado ao cronograma; gostou da sugestão de enviar a descrição de intenção do conteúdo abordado nos vídeos para conhecimento dos professores e informou que já há roteiros elaborados com os temas sugeridos pela conselheira Camila; sobre a abordagem Pikler, a conselheira informou que teve conhecimento com esse estudo há pouco tempo em um congresso e compreende que é uma abordagem que não impede o adulto que interaja com a criança, mas que observe o desenvolvimento individual de interação dela com objetos próximos e agradeceu as observações da conselheira Camila que trouxeram pontos de vista que não haviam sido identificados num primeiro momento e essa contribuição é muito positiva para que o trabalho seja melhorado. A conselheira Camila não vê problema no vídeo e sim na forma da abordagem e que se os vídeos puderem ser produzidos com menos conteúdo pedagógico seria melhor para as famílias. A Presidente informou que buscou conhecer mais sobre a abordagem Pikler e compartilhou que o contexto histórico de sua origem se deu após a Segunda Grande Guerra com as crianças órfãs que não tinham mais contato com os pais e as suas famílias e que a realidade que enfrentamos agora é oposta: as crianças estão em casa com os pais e as famílias porém, o contato se dá de forma diferente. A conselheira





219

220 221

222223

224

225 226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

238

238

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256 257

258

259

260

261

262

CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Rua 06 nº 3265 - Alto do Santana - Cep:13504-188 - Rio Claro - São Paulo

Tagiane pediu desculpas por não ter ouvido a fala completa da conselheira Camila devido à perda de conexão pois estava em trânsito para outro local, mas observou que a abordagem Pikler trata a interação entre bebês e adultos de forma indireta e ao se aprofundar nesse estudo é possível perceber que a interação é sim importante e acontece; há a preocupação com a criação de conteúdos eu tratem os cuidados com os bebes e salientou que o documento oficial, na falta do currículo municipal é a BNCC e que infelizmente ela não é abrangente e que produzir vídeos com conteúdo para que os bebes assistam vão contra as orientações da Organização Mundial de Saúde mas que as orientações para os pais sobre os espaços para brincar são interessantes. A Presidente pediu para que a conselheira Sandra tomasse a palavra e que compartilhasse suas observações e também falasse sobre a questão da alimentação. A conselheira Sandra concordou com os apontamentos da conselheira Camila e compartilhou que em reunião com as famílias, uma mãe comentou que não se interessava pelos conteúdo dos vídeos e que para ela as atividades são mais importantes e que a equipe fez uma explicação para que ela compreendesse que como os profissionais não estão atuando diretamente com as crianças, que os conteúdos dos vídeos pudessem contribuir na aplicação das atividades pelas famílias em casa; compartilhou a sua preocupação em relação a forma como o vídeo foi apresentado naquele momento em que a maior parte das escolas não utiliza a teoria mostrada e que a impressão que ela teve foi que, para o leigo, o conteúdo mostra uma padronização que não existe na Rede mesmo sabendo que a intenção não era essa; sugeriu que o Conselho faça uma solicitação junto à Secretaria sobre quais os planos com esse tipo de ação, uma vez que envolvem o orçamento, uma concepção de currículo e acredita que a Secretaria apresente ao Conselho essa proposição; lembrou que em dois mil e dezoito ela trouxe para discussão a mudança na LDB sobre a alimentação básica e nutricional, que naquele momento aconteceu a aprovação de uma Lei municipal que dava as diretrizes para a alimentação escolar no município mas que desconsidera o PNAE em termos de legislação; informou que o Conselho de Alimentação escolar precisa responder um questionário quando elabora o parecer de prestação de contas em que há questões relativas à educação alimentar e nutricional e que as ações sob esse tema no município são insipientes; compartilhou que em contato com o antigo Secretário, foi informada que as escolas deveriam inserir em seus currículos o tema alimentação escolar, que é um tema que deve estar inserido no Currículo Nacional e que o decreto seis de dois mil e vinte trouxe limitações inclusive para o Guia Alimentar e que tem havido tentativas de desarticulação desse Guia inclusive com inserção de alimento ultra processados; por fim, propôs a criação de uma comissão para discutir a inclusão de medidas de Educação Alimentar e Nutricional em virtude da Resolução 6/2020 no Currículo, mesmo não tendo um Currículo Integrado, que em conversa com a Samara do Departamento de Alimentação Escolar ela tem um projeto de Plano mas que até o momento não foi considerado. A Presidente colocou que as discussões iniciadas são muito importantes e devem ser aprofundadas e que se os conselheiros e os profissionais da área não compreenderem corretamente, como passar para as famílias? Portanto, considerando o tempo já ultrapassado de teto da reunião, a presidente solicitou a retomada do assunto em reunião extraordinária e







CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Rua 06 nº 3265 - Alto do Santana - Cep:13504-188 - Rio Claro - São Paulo

Rua 06 no 3283 - 11100 de 341111
solicitou urgência nos encaminhamentos: repensar da função da CIAR; envio da legislação já iniciada sobre a lei de sistema para retomada e finalização;/ dados do legislação já iniciada sobre a lei de sistema para retomada e finalização;/ dados do acesso a informática de todos os agentes envolvidos no projeto pedagógico da Rede, acesso a informática de todos os agentes envolvidos no projeto pedagógico da Rede, incluindo família e alunos; pensar num documento (instrução normativa) com linguagem simples, objetiva com todas as explicações sobre as atividades e vídeos propostos ao alunos e, principalmente para 1ª etapa, a construção de um propostos ao alunos e, principalmente para 1ª etapa, a construção de um documento/roteiro em relação aos vídeos para socializar com os educadores para que documento/roteiro em relação aos vídeos para socializar com os educadores para que todos possam falar e explicar para os pais os propósitos desejados. Sem mais a tratar, a presidente agradeceu a presença e disposição de todos os conselheiros presentes a presidente agradeceu a presença e disposição de todos os conselheiros presentes e deu por encerrada a reunião. Eu, Simone Michelin lost Giovani, lavrei a presente Ata Simone Michelin lost Giovani 273 que segue assinada por mim e pela presidente do COMERC: 274 Simone Michelin lost Giovani 275 Luciana de Lourdes dos Santos